

O primeiro manual do português como língua estrangeira? Breves considerações sobre *A portuguez grammar* (Londres 1662) de La Mollière*

Rogelio Ponce de León

Universidade do Porto

Centro de Lingüística da Universidade do Porto

rromeo@letras.up.pt

Data de receção do artigo: 02-07-2012

Data de aceitação do artigo: 16-07-2012

Resumo

No presente artigo são analisados diversos aspetos sobre *A portuguez grammar* (Londres 1662) de Monsieur de La Mollière, militar francês ao serviço de D. João IV. É apresentado, primeiro, o contexto sociocultural e pedagógico britânico em que o manual é publicado; depois, são estudadas a estrutura e as diversas componentes linguísticas da obra: questões de ortoépia, de morfologia – nominal e verbal – e lexicais. No fim, tentamos estudar a metodologia subjacente à obra para a aprendizagem da língua portuguesa.

Palavras chave – Historiografia Linguística Portuguesa, séc. XVII – Didática do Português, séc. XVII – Manuais para o Ensino do Português, séc. XVII.

Abstract

This paper studies from several angles the work *A portuguez grammar* (London 1662) of Monsieur de La Mollière, French soldier at D. João IV's service. First, the British sociocultural and pedagogical context in which it was edited. Secondly, its structure and the different linguistic items of the work: aspects of pronunciation, morphology –nominal and verbal – and lexicology. And last, the underlying methodology for the Portuguese language learning.

* O presente trabalho foi realizado no âmbito do projecto de investigação "Centro de Linguística da Universidade do Porto – Unidade de I&D – Ano 2010" financiado pela Fundação para Ciência e a Tecnologia. Agradecemos à Prof^a Sónia Duarte a revisão formal do texto original português, bem como os comentários e as sugestões que fez sobre aspetos do conteúdo do nosso estudo.

Keywords – Historiography of Portuguese Linguistics, XVIIth Century – Didactics of Portuguese, XVIIth Century – Handbooks for the Portuguese Teaching, XVIIth Century.

1. Considerações iniciais

É bem conhecida a escassez, nos séculos XVI e XVII, de textos metagramaticais que descrevem a língua portuguesa, diferentemente da produção gramaticográfica – no mesmo período cronológico – de outras línguas, como é o caso do castelhano; situação esta que se torna ainda mais precária se atentarmos na elaboração de materiais gramaticais orientados para destinatários cuja língua materna não era o português. Com efeito, se excetuarmos um dos propósitos subjacentes ao prólogo à *Grammatica da linguagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira¹ – segundo o qual esta, em nossa opinião, poderia interpretar-se como uma obra dirigida aos habitantes das terras que estavam a ser descobertas pelos portugueses (Ponce de León 2009: 138) –, os investigadores na historiografia linguística portuguesa consideram que a primeira gramática do português para estrangeiros foi dada ao prelo em 1672; referimo-nos à *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon 1672) de Bento Pereira (Verdelho 1984; Schäfer-Priess 1993; Ponce de León 2006; Fernandes 2009; Ponce de León 2010).

Contudo, no atinente à elaboração de tratados que promoviam o ensino do português como língua estrangeira, parece ter havido materiais gramaticais anteriores à obra acima referida de Bento

¹ A ela, com efeito, refere-se o humanista de Aveiro como “a notação em alghũas cousas do falar. Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensinar aos ã mayns sabem: mas notarey o seu bo costume para ã outros muitos aprendão τ saybão quanto prima e a natureza dos nossos homẽs porq̃ ella por sua vôtade busca τ tem de seu a perfeçção da arte ã outras nações aquirem com muyto trabalho” (Oliveira 2000[1536]: 243). Já a *Grammatica da lingua portuguesa* (Lisboa 1540) de João de Barros parece ter sido composta com o objectivo – ou pelo menos um deles – de ensinar o português como língua materna – o que pode ser deduzido das primeiras linhas do *Dialogo em louuor da nossa linguagem*: “Senhor, sábe iá esta nóva? (Páy) Quál? (Filho) Que o principe nósso senhor começou ontem daprender a ler. (P) Equẽm ô ensina? (F) O pregador delrey frey loam Soáres. E logo perguntey per que o principiáua: por causa do trabalho que levou em a composicãm da grãmatica da nossa linguagem que lhe tem derigida. (P) Que importa omeu trabalho ao principe nósso senhor começãr daprender, pois tem preceitor de uida e leteras que lhe ordenará os princípios, confórmes á sua idáde e magestáde do seu sangue. Nem por eu ter dirigido a sualteza o trabálho que dizes, deuo esperár, mais que por me fazer merçe ô mandár examinár: e sendo táes que pôssam aproueitár aos mininos, mandarã que se leam em as eschólas” (Barros 1540: f. 50v.) –.

Pereira²; entre eles, pode salientar-se *A portuguez grammar or, rules shewing the true and perfect way to learn the said language* (Londres 1662) do militar francês La Mollière. Para além de se saber – como informa o próprio gramático³ – que esteve ao serviço de D. João IV durante oito anos, acerca da sua vida proporciona-nos alguns – poucos – dados António Gonçalves Rodrigues⁴:

Enviado a Portugal pelo rei de França, obteve o cargo de capitão de uma das companhias de infantaria do terço de que era coronel Eustachio de Viole, cargo que por decreto de 26 de Setembro de 1641 lhe renderia 16.000 rs. de soldo por mês, gozando de todos os privilégios, liberdades, isenções e franquezas que de direito lhe pertencessem. Estes privilégios, liberdades, isenções e franquezas deviam ter sido amplas e foram com certeza respeitadas à letra: de outro modo, a gratidão de Mr. La Mollière não iria ao extremo de se desentranhar em forma gramatical. (1951: 56)

No presente trabalho, deter-nos-emos no tratado de La Mollière, pouco estudado – parece-nos – pelos investigadores na historiografia linguística do português, pese embora a abordagem mais ou menos extensa que desta obra se faz em certos trabalhos no âmbito dos estudos ingleses (Rodrigues 1951: 53-63; Torre 1998: 216-221; Sánchez Escribano 2006: 110), nos quais parece haver, regra geral, uma apreciação bastante negativa sobre o tratado gramatical em estudo. Com efeito, António Gonçalves Rodrigues considera as observações de La Mollière como “desprovidas de valor histórico [...]”,

² Exemplo de material gramatical é, com efeito, a conjugação de formas verbais portuguesas registadas no fim dos *Colloquia, et dictionarium octo linguarum, Latinae, Gallicae, Belgicae, Teutonicae, Hispanicae, Italicae, Anglicae, et Portugallicae*, impressa pela primeira vez – com a língua portuguesa – em 1598 (Messner 2008: 291). Os *Colloquia, et dictionarium* foram sumariamente apresentados por Manuel Gomes da Torre (1998: 214-215).

³ Assim é afirmado pelo autor no prefácio dedicado ao Rei Carlos II de Inglaterra no âmbito dos louvores à Rainha D. Catarina de Bragança: “[...] e posso afirmar a Vossa Majestade [o Rei Carlos II]. E me posso gloriar, que no tempo que servi a seu Pai o Senhor Rey *Dom João* o 4º. que Deos tem da felicissima memoria, em postos muitos honrados por espaço de 8. annos, de que me alabo muito, muito; nasceo à Serenissima Rainha *Dona Catherina*” (La Mollière 1662: f. A3). Agradecemos ao Prof. Manuel Gomes da Torre o facto de nos ter facultado fotocópia do exemplar da *Portuguez grammar* localizado na British Library (cota 629.a.15), da qual também consultámos uma digitalização do exemplar da Bibliothèque Nationale de France (cota X-14828).

⁴ Este autor toma como fonte a *História orgânica e política do Exército Português. Provas*, vol. II (Lisboa 1904) de Cristóvão Aires Magalhães de Sepulva; obra esta que não nos foi possível consultar.

por incompetência profissional do autor, revelada na infantilidade de muitas das suas aproximações” (1951: 60). Por seu turno, Manuel Gomes da Torre, após descrever sucintamente a estrutura da obra, chega à conclusão de que “[é] difícil acreditar-se que uma gramática desta natureza, com os inúmeros erros que a caracterizam, pudesse contribuir alguma coisa para a aprendizagem da língua portuguesa na Inglaterra” (1998: 221). Na esteira das anteriores observações, trataremos de determinar também o grau de “imperfeição” – e as razões de tal – do tratado de La Mollière.

2. Em torno de *A portuguez grammar*

2.1. *Motivação da obra*

Certos estudiosos da tradição linguística portuguesa em Inglaterra têm posto em relevo o facto de a publicação de *A portuguez grammar* ser consequência de um momento crucial para a política e a diplomacia portuguesa; a saber: o casamento da Infanta Catarina de Bragança com o rei Carlos II. A este respeito, António Gonçalves Rodrigues – provavelmente com base na dedicatória que aparece no tratado de La Mollière – avança com a hipótese, segundo a qual:

A nova rainha e o seu séquito necessitariam de aprender inglês, e o estreitamento das relações entre os dois países, de prometedores resultados até no lado comercial, tornaria indispensável a aprendizagem do português nos meios interessados de Inglaterra. (1951: 54)

Quanto à primeira necessidade, como afirma Manuel Gomes da Torre, “uma das primeiras homenagens que a nova rainha recebeu na Inglaterra” (1998: 216) foi *A New English Grammar Prescribing as certain Rules as the Language will bear, for foreners to learn English. There is also another Grammar of the Spanish or Castilian Tounge, with som special remarks upon the Portugues Dialect* (Londres 1662) de James Howell⁵; no atinente à segunda, tal parece ter sido parcialmente suprida com a obra referida de Howell e muito especialmente com o tratado objeto do presente trabalho. Com efeito, na dedicatória que inicia *A Portuguez Grammar* – transcrita na íntegra por António

⁵ Aspetos das obras linguísticas de Howell têm vindo, nos últimos anos, a ser objeto de estudo de diversos especialistas na historiografia linguística e nos estudos ingleses (Sánchez Escribano 1979; Sánchez Escribano 1982; Sánchez Escribano 1983; Sánchez Escribano 2008; Salas 2002-2004; Duarte 2006; Duarte 2009; Pablo 2009).

Gonçalves Rodrigues (1951: 57-58) e por Manuel Gomes da Torre (1988: 217-218) –, La Mollière justifica a elaboração do tratado da seguinte forma:

[...] parecendome quam necessária e util era [o tratado de La Mollière] paraque a nação Ingleza tivesse noticia da Lengoa *Portugueza* ejuntamente peloque tenho de obrigação aos *Portuguezes* me resolui à sahir com esta obra alus à huma pela recreação que cuido tera esta Nação Ingleza, porque acho que ella he necessária à dous generos de pessoas. Primeiramente, para todos os Senhores da Corte de Vossa Majestade, epara os que Corteiarem à Serenissima Rainha. E também para a Gente do trato, pois El Rey de Portugal tem concedido este Privilegio a Nação Ingleza, para poder Livrement comtratar em todos os seos Estados: E tenho para mim que a Serenissima Rainha folgara muito mais de ouvir falar a sua natural Lengoa, que a Castelhana taõ sua Enemiga. (La Mollière 1662: ff. Aiiiv-Aiiii)

Há ainda na dedicatória – não podia ser de outra maneira – louvores para Dona Catarina de Bragança:

E eu confio tanto da Fidalguia e Cortezia *Ingleza*, que eles faró opossivel para comprazer em tudo a esta Graõ Princeza, que Vossa Majestade tem com tanta Prudencia por sua digna Espoza. Princeza taõ Illustre por sangue, perfeita em formosura, bondade, e de taõ raro entendimente, que se pode afirmar que em todo o Mundo naõ se acha Princeza com quem se possa igoalar, e por isso naõ pretendo alargarme muito em suas alabanças, porque para as relatar seria hum processo infinito, e demais averia mister huma pena Divina, enaõ humana para escrever tantas, e tantas numerosas perfeições que acompanhaõ a esta Illustre Princeza. (La Mollière 1662: f. Aiiii)

Não obstante, um propósito bem mais banal – mas, ao nosso ver, bastante mais relevante para o nosso trabalho – aparece na advertência ao leitor – também reproduzida integralmente por António Gonçalves Rodrigues (1951: 58-59) e por Manuel Gomes da Torre (1998: 218) –, em que La Mollière sublinha a ausência, nas livrarias londrinas, de gramáticas do português com que os interessados pudessem aprender (Torre 1998: 218):

Courteous Reader, Knowing that there be many Persons of Quality which desire to learn the Portugal Tongue, and that they had sent to most Bookseller Shops in the City, to enquire for a Grammar of the said Tongue, which they could never find; therefore I took the Care to compose one for the present. (La Mollière 1662: f. [A8])

Além de o passo reproduzido constituir um testemunho do “interesse que a nossa língua, já no início da 2ª metade do século XVII, vinha despertando em terras britânicas” (Torre 1998: 218), o comentário de La Mollière revela outro aspeto não menos importante – ao qual já nos referimos no início do presente trabalho –; isto é: a ausência de tratados metagramaticais do português, bem como de outros materiais linguísticos para o ensino desta língua anteriores a 1662. A *portuguez grammar* viria, por conseguinte, a colmatar esta lacuna didática.

2.2 Macroestrutura da obra e problemas suscitados

No que se refere à matéria linguística, *A portuguez grammar*, apresenta o texto trilingue – em português, inglês e francês – com uma estrutura bipartida: i) a primeira parte (La Mollière 1662: 1-37) corresponde à exposição, em forma dialógica, dos elementos gramaticais considerados pelo autor mais relevantes; ii) na segunda parte – bem mais extensa do que a anterior (La Mollière 1662: 37-104) –, são apresentados vocábulos e unidades pluriverbais agrupados por áreas lexicais, sobre os quais Manuel Gomes da Torre nos apresenta (1998: 220), como referiremos mais à frente a respeito do vocabulário, um parecer bastante negativo. Afora apreciações como esta – ao nosso ver, bastante subjetivas –, importa, a partir da estrutura deduzida, determinar se a obra do militar francês é, na verdade, uma gramática tal como os investigadores na historiografia linguística entendem este tipo de materiais. No que se refere à tipologia das obras metalinguísticas, Barbara Schäfer-Priess, aplica à gramaticografia do português a seguinte caracterização:

“Gramática portuguesa” é definida aqui como uma monografia sobre a língua portuguesa, contendo uma descrição completa e sistemática das partes do discurso e não sendo exclusivamente dirigida a um público de língua estrangeira. *Per definitionem* ficam portanto excluídas ortografias, panegíricos (“louvores”), tratados de estilo, etc., bem como manuais para estrangeiros. (no prelo: 4)

De forma coerente com a descrição reproduzida, a autora exclui da sua obra sobre gramaticografia da língua portuguesa a acima referida *Grammatica da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (Schäfer-Priess no prelo: 12-13. Na esteira dos pressupostos de Schäfer-Priess, Rolf Kemmler apresenta, no quadro das obras metagramaticais de João Pinheiro Freire da Cunha, a seguinte tipologia

em que distingue entre *gramáticas*, *gramáticas híbridas* e *tratados linguísticos*:

- 1) qualquer obra com o título de ‘Gramática’, ‘Arte’, ‘Regras da língua’ ou com o adjectivo ‘gramatical’, etc., é considerada como *gramática* no sentido mais amplo, ou ‘gramática propriamente dita’, desde que preencha o critério da descrição das partes da oração;
- 2) qualquer obra dedicada a uma parte da gramática (tais como obras dedicadas à ortografia ou à sintaxe) é considerada como *gramática híbrida*, desde que uma parte da obra preencha o critério da descrição completa das partes da oração;
- 3) qualquer obra dedicada a aspectos gramaticais que só fornece informações pontuais, mas não-sistemáticas sobre as partes da oração é considerada como *tratado linguístico*. (Kemmler 2007: 378)

Tomando como referência as observações – em nossa opinião, acertadas – dos dois investigadores alemães e, nomeadamente, atentando no terceiro tipo da classificação que acabamos de reproduzir proposta por Kemmler, podemos concluir que *A portuguez grammar* não constitui, em rigor, uma gramática do português – ainda que assim seja denominada pelos estudiosos da obra de La Mollière⁶; no entanto, não parece simples o enquadramento dela na classificação proposta por Rolf Kemmler – cujo objetivo é, como referimos anteriormente, uma caracterização adequada das obras metagramaticais de João Pinheiro Freire da Cunha. O próprio autor esclarece um outro aspeto que se nos afigura relevante para a obra em análise; a saber:

Para além das considerações gerais, é ainda de ter em conta a língua que é objecto de estudo (língua portuguesa vs. língua francesa vs. língua inglesa, etc.), bem como o público-alvo ou a finalidade da obra metalinguística (orientação para um público para um público nacional vs. orientação para um público estrangeiro vs. orientação para um público de alunos escolares nacionais vs. orientação para um público de alunos adultos, etc.). (Kemmler 2007: 378)

⁶ Por exemplo, para Manuel Gomes da Torre “A gramática de De La Molliere é, toda ela, um diálogo entre o aluno e o mestre” (1998: 219); ou mais adiante: “[...] a gramática de De La Molliere toma todas as características das gramáticas daquele tempo. Isto é, os mais variados aspectos de morfologia e sintaxe inspirados pelos modelos das gramáticas latinas” (1998: 219); enfim, num trabalho anterior do mesmo investigador, a obra objeto do presente estudo é considerada como “a mais antiga gramática de português para ingleses” (Torre 1987: 289).

De acordo com o passo transcrito, podemos afirmar que, na verdade, estamos perante uma obra mais próxima de um manual de português para estrangeiros do que de uma gramática propriamente dita, o que também se pode inferir da caracterização da obra apresentada por António Gonçalves Rodrigues, para o qual

[o] sr. de La Mollière, com a competência que alguns anos de estadia em Portugal lhe conferiam [...] apresenta ao público um volumezinho oblongo de 150 páginas, organizado sob a forma prática de manual de conversação em três línguas com regras de gramática à mistura. (1951: 57)

Neste sentido, pode afirmar-se, segundo os dados de que dispomos, que *A portuguez grammar* constitui provavelmente o primeiro tratado dedicado em exclusivo ao ensino do português língua estrangeira⁷. E, como manual para estrangeiros, uma parte não desprezível dele, como acima foi indicado, é dedicada à descrição gramatical.

2.3. Em torno da matéria gramatical

Como tínhamos indicado no início da secção anterior, as primeiras trinta e sete páginas de *A portuguez grammar* são consagradas à descrição dos elementos gramaticais mais importantes para o autor. Para a análise destes dados, julgamos que não devemos considerar (totalmente) estas observações gramaticais de forma tão negativa, como os juízos sobre elas anteriormente referidos; pelo contrário, será necessário atendermos à natureza do material linguístico, orientado, como referimos acima, para adultos interessados na aprendizagem da língua portuguesa – provavelmente com escassa formação linguística. Só nesta perspetiva, em nossa opinião, poderemos entender devidamente o tipo de descrição que propõe La Mollière. A primeira parte, afora a breve introdução – não gramatical –

⁷ De acordo com Rolf Kemmler (no prelo), em rigor, a primeira gramática do português para anglófonos foi publicada em Londres, em 1701; referimo-nos à *Grammatica anglo-lusitanica*, publicada, pela primeira vez, conjuntamente com *A compleat account of the portuguese language* – um dicionário bilingue inglês-português e português-inglês –, da autoria de A. J. – segundo o mesmo investigador [no prelo], as abreviaturas de Alexander Justice. A *Grammatica* veio a ser publicada de novo em Londres um ano depois e contou com uma terceira edição em Lisboa, em 1705. Sobre aspetos da *Grammatica anglo-lusitanica* remeto para o rigoroso estudo já referido de Rolf Kemmler (no prelo).

(La Mollière 1662: 1-5) com “profusos cumprimentos” (Rodrigues 1951: 59), pode ser dividida da seguinte maneira:

- i) questões sobre ortoépia (pp. 5-10);
- ii) aspetos sobre morfologia nominal (pp. 5-16) e verbal (pp. 16-37).

i) No atinente às questões de pronúnciação, após apresentar 21 letras e sublinhar a correspondência fonética unívoca⁸, La Mollière, tendo como referência contrastiva constante a língua francesa, parte dos contextos grafemáticos para isolar elementos fonéticos que poderiam – no entender do autor – provocar maiores dificuldades aos estudantes anglófonos e que podem ser esquematizados, no que se refere à fonética vocálica, da seguinte forma:

- a) articulação do ditongo nasal [α□w]:

[...] sabera VM, que se acha huma quantidade de palauras as quais são escritas de huma maniere, e se pronunsião de huma outra; portanto note VM, que todas as palauras que finem ou terminaõ em (aõ) com hum Apostrophe encima, se pronunsião como a sillaba Franceza (on) poro muy longa. (La Mollière 1662: 6)

- b) articulação das vogais anteriores /e/ e /ɛ/:

A letra (e) sona e se pronunsiã alguma ves como hum (e) Masculino Frances, bem que elle seia no principio no meio ou no cabo de huma palaura; e alguma ves como hum (e) Femenino Frances, sem que se possa dar resão nãhuma disto: e UM naõ se deue meravilhar disto, porque hei observado que mesmamente a lengoa Italiana, Hespanhola, Franceza, Ingreza, e cassi todas as lengoas han este defeito, porem huma mais que a outra. (La Mollière 1662: 7-8)

Quanto à fonética consonântica, são abordados os seguintes aspetos:

⁸ “[...] observe VM, que os Portuguezes usaõ de vinte e huma letra, as quais suõ, a, b, c, d, d[sic], f, g, h, i, l, m, n, o, p, q, r, r, f, t, u, x, z, e pronunsião as ditas letras na mesma maneira que fazem os Latims, e os Francezes: Finalmente eu acho que poca, he a diferença, e que ella se fala na mesma maneira que ella s’escrive” (La Mollière 1662: 6). O texto, como já salientaram os estudiosos da “gramática” de La Mollière, aparece repleto de erros, que poderão obedecer quer ao desconhecimento do editor pela língua portuguesa, quer à limitada competência escrita do autor na língua portuguesa; seja como for, optámos por os reproduzir, indicando, através da marca “[sic]”, aquelas gralhas que possam interferir no discurso metagramatical.

a) articulação dos fonemas palatais nasal e lateral /ɲ/ e /ʎ/:

A letra (*h*) no meyo de huma palaura, sona, e se pronuncia como a letra (*gh*) Franceza. Exemple.

Minha Cunhada

Minha Sobrinha.

O caminho.

A memham pella memham.

A lettre (*lh*) alguma ves sona e se pronuncia como se fosse escrito *lio*, *lia*, *lier*: Exemple.

Filho.

Olho.

Filha.

Molher (La Mollière 1662: 7).

b) diversas realizações fonéticas de <x>:

A lettra (*x*) alguma ves sona e se pronuncia como hum (*ch*) Frances, quando ella se acha no meyo de huma sillaba. Exemplo, hum Embaixador.

huma Caixa.

huma alcaixofra.

Porem em outras palauras elle ha sua natural pronunsasiaõ. Exemplo, hum Exercito,

Exelentia,

Experiença,

Exercisio.

Tambem não se pode dar rasaõ disto, a pratica a ensinara a UM. (La Mollière 1662: 8-9)

c) Realização fonética de <ç> e <s>:

Hum (*c*) no meyo de huma palaura, sona e se prononsa alguma ves como hum (*s*) avendo huma virgula de baxo. Exemplo.

huma Moça,

a Cabeça,

o Braço,

Lourenço.

E alguma ves, hum (*s*) no meyo de huma palaura, se pronuncia como hum (*z*) Exemplo.

huma Tisoura.

hum Mosico. (La Mollière 1662: 9-10)

Na exposição dos contextos fonéticos referidos, La Mollière não parece ter seguido as explicações dos gramáticos e ortógrafos do

português; como foi acima indicado, os critérios por que se pauta a descrição dos sons selecionados consistem na referência contrastiva com o francês e na identificação do som em causa com contextos grafemáticos concretos. Interessa, a este respeito, tal como já notou Naro (1971: 625), pôr em relevo que *A portuguez grammar* parece ser o primeiro tratado metagramatical do português a relacionar – embora sem explicar o facto – a articulação de /e/ e /ɛ/ com a sua posição na palavra.

ii) No que se refere à matéria morfológica, La Mollière procede de novo à seleção dos elementos considerados mais relevantes para a aprendizagem do português; no caso concreto da morfologia, o militar francês centra-se na nominal e na verbal, limitando-se a apresentar as declinações do nome e as conjugações dos verbos sem proceder à caracterização destes. Quanto ao nome, Manuel Gomes da Torre (1998: 219) salientou que em *A Portuguez grammar*, na esteira da gramática latina – mas também da maior parte das gramáticas e dos tratados quinhentistas e seiscentistas que descrevem as línguas vulgares –, são distinguidos três acidentes nominais: género, número e caso – este último realizado, como era habitual nos tratados metagramaticais da altura – através da anteposição de artigo – determinado ou indeterminado – e, eventualmente, de preposição ou da interjeição ‘o’ – no caso do vocativo –:

[...] alembrase UM que os nomes são de dos Generos, o Masculino, e o Femenino.

Exemplo.

hum Mosso, he Masculino.

huma Moça, he Femenino.

o Banco, he Masculino.

a Ginella, he Femenino.

Comessamos entao a declinar os nomes

Nome Masculino.

Nominativo, hum Mosso.

Genetivo, d’hum Mosso.

Dativo, a hum Mosso.

Accusativo, hum Mosso.

Vocativo, o Mosso.

Ablat. com hum Mosso,

ou, por hum Mosso.

Plurar.

Nominativo, os Mossos.

Genetivo, dos Mossos.

Dativo, aos Mossos.
 Accusativo, os Mossos.
 Vocativo, o Mossos,
 ou, por os Mossos [...]. (La Mollière 1662: 11-12)

No passo reproduzido, La Mollière apresenta exemplos dos nomes que têm variação da marca de género ('mosso'/'moça') e aqueles outros que não dispõem dela ('banco'/'ginella' [i. e. 'janela']). Relativamente a estes últimos, o autor gaulês tem consciência da dificuldade que teria um aprendiz em determinar o género destes – com repercussões sintáticas; por exemplo na concordância. Para tratar de remediar este problema, La Mollière apresenta a variação do artigo, no plano sintagmático, como indicador, nestes casos, do género do nome com que se combina:

[...] VM observara, que todas as palauras que se terminaõ em (a) saõ do Genero Femenino, como
 a Caza,
 a Meza,
 a Porta.
 E quando se finem em *os, dos, aõs*, he o plural Masculino.
 Exemplo.
 Os Olhos.
 Dos Hombros.
 Aos Dedos.
 E quando se finem em *as, das, nas*, he o plural Femenino.
 Exemplo.
 as Cazas.
 das Mezas.
 nas Portas (La Mollière 1662: 15-16).

É possível que neste ponto o autor francês se tenha inspirado no parágrafo que conclui o capítulo sobre o género nominal da *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros⁹.

Quanto à conjugação dos verbos, na verdade, é apresentada apenas uma seleção (ou talvez fosse melhor falar de redução) de modos e tempos daqueles verbos que La Mollière considera mais usados¹⁰: 'falar', 'ir', 'amar', 'ser'/'estar', 'ter'/'haver', 'querer'/'amar' (de

⁹ "Todo nome q̃ se nã cõheçe per significação e nã entra ã algũa destas regras: per este artigo, o, será masculino, e per este, á, será feminino, assy como: o ceço e habitação dos anios, e a tẽrra moráda dos hõmẽes". (Barros 1540: 10)

¹⁰ "Agora eu quero ensinar a UM o modo de conjugar os Verbos porque importa muito saber a Grammatica, se UM quer a prender a falar correntemente; e por não emfadar a

novo). Pode concluir-se que, aparentemente, o uso condiciona fortemente a apresentação da conjugação, porquanto o autor francês, em rigor, não fornece paradigmas das conjugações, mas apenas as formas daqueles verbos que, como acabamos de referir, lhe parecem mais frequentes em português. Um outro critério que poderá estar ainda condicionado pelo uso – e provavelmente também pela língua dos destinatários do manual – é a redução, na conjugação, de modos e tempos. No seguinte quadro é apresentada a proposta de La Mollière:

| Indicativo | Imperativo | Infinitivo |
|--|----------------|--|
| Presente: <i>Eu falo</i> | <i>Fala tu</i> | [Simples] <i>Falar</i> |
| Pretérito imperfeito: <i>Eu falava</i> | | [Composto] <i>Aver falado, ou ter falado</i> |
| Pretérito perfeito simples: <i>fui</i> | | [Futuro] <i>Quem falara</i> |
| Pretérito perfeito composto: <i>Eu hei falado, ou eu tinha falado</i> | | [Gerúndio] <i>Falando</i> |
| Pretérito mais-que-perfeito: <i>Eu avia falado, ou eu tinha falado</i> | | [Particípio] <i>Falei, amei, ide, sido, estado</i> |
| Futuro: <i>Eu falarei</i> | | |

Quadro 1

Do quadro pode deduzir-se que o autor exclui o modo conjuntivo e o optativo, talvez para aproximar o sistema modal português do inglês. No que se refere aos tempos do indicativo, La Mollière procede de novo a uma redução destes, à qual parece subjazer o seguinte esquema:

| Tempos simples | Tempos compostos |
|-------------------------------|-----------------------------|
| Presente | [Pretérito perfeito] |
| Pretérito imperfeito | Pretérito mais-que-perfeito |
| [Pretérito mais-que-perfeito] | |
| [Pretérito perfeito] | |
| Futuro | |

Quadro 2

UM sendo demasiado prolixo, lhe porei somente seis ou sette, deste que são usados a cada passo". (La Mollière 1662: 16)

O sistema de tempos proposto por La Mollière parece-nos instável e assistemático, porquanto não é oferecido um critério uniforme na conjugação verbal; por exemplo, nos verbos ‘falar’ e ‘ir’, inclui apenas o pretérito perfeito composto; pelo contrário, no paradigma de ‘ser’ e ‘estar’, o autor francês reproduz apenas o pretérito perfeito simples; relativamente ao verbo ‘amar’, agrupa no mesmo tempo (*preteirito[sic] perfeito*) as formas simples e compostas; já nos verbos ‘ter’ e ‘haver’, separa as formas em dois tempos (*promeiro[sic] perfeito* [“Eu tive, ou ouve”] e *secundo[sic] perfeito* [“Eu hei tido, ou eu hei avido”]). Semelhante ausência de critério pode detetar-se ainda no pretérito mais-que-perfeito – designado pelo militar francês como *preteirito[sic] plu perfeito* : em certos casos, são excluídas as formas simples (como em ‘falar’, ‘ir’ e na conjugação dupla ‘querer’/‘amar’); noutros verbos, são excluídas as formas compostas (assim acontece na conjugação dupla de ‘ser’/‘estar’); são, enfim, utilizadas, em certos verbos, ambas as formas (por exemplo, em ‘amar’ e na conjugação dupla ‘ter’/‘haver’ [“Eu tivera, ou avia avido”]). Por outro lado, chama a atenção, como se pode ver no Quadro 1, a utilização, em certos paradigmas, da primeira pessoa do pretérito perfeito simples como forma de participípio; tal é sintomático, em nosso entender, da deficiente formação metalinguística de La Mollière, que parece identificar – de forma ocasional, é verdade – formas como ‘amei’ ou ‘falei’ com o participípio francês (‘aymé’, ‘parlé’).

Ainda na exposição sobre os verbos, interessa-nos focar aquele que é um dos poucos comentários, por assim dizer, metalinguísticos do militar francês, a propósito da utilização em português de ‘ter’ e de ‘haver’ como verbos auxiliares dos tempos compostos:

VM observara, que o Verbo que os Latims chamaõ *Habere*, em lengoa Portugueza se chama *Ter*, ou *Auer*: porem se usa mais de Verbo *Ter*, que do Verbo *Auer*, bem que este significa a mesma couza. Exemplo.

Naõ se usa dizer Eu hei comido, mas de pressa se diz Eu tinha comido: naõ se costuma dizer Eu hei preguntado, mais Eu tinha preguntado.

Porem se pode dizer, Nos heimos preguntado, ou Nos heimos comido, no Plurar; toda via melhor se fala quando se diz, Nos temos comido, ou Nos temos preguntado.

Sera necessário que nos conjugamos os dos Verbos juntos, porque se usa alguma ves do Verbo *Auer*. (La Mollière 1662: 28)

O uso mais ou menos indiscriminado do verbo auxiliar ‘haver’ nos tempos compostos do português é explicado por António Gonçalves Rodrigues como o resultado da interferência com o castelhano – que La Mollière devia, com efeito, conhecer –: “[n]o verbo *ir* [...], omite o pretérito simples mas indica o composto (*eu hei ido*), o que deve ser influência do castelhano” (Rodrigues 1951: 61). A tal devemos acrescentar, como foi enunciado acima e como, de resto, também refere António Gonçalves Rodrigues¹¹, os reduzidos conhecimentos metalinguísticos do autor do manual em análise. Parece-nos, seja como for, necessário enquadrar a explicação e o critério gramatical subjacentes ao contexto gramaticográfico da língua portuguesa e no âmbito socio-educativo português. Com efeito, em nosso entender, aqueles devem, por um lado, integrar-se no conjunto de manuais seiscentistas – infelizmente, muito escassos – que contêm – regra geral, de forma deficiente – questões gramaticais do português. No início do presente trabalho fizemos referência aos paradigmas de conjugação dos verbos portugueses registados nos *Colloquia, et dictionariolum octo linguarum*, manual em que, nos tempos compostos, é utilizado de forma – aqui, sim – sistemática o auxiliar ‘haver’¹². Por outro lado, precisamente a problemática gramatização do verbo ‘haver’ como auxiliar dos tempos compostos julgamos que constitui uma questão fulcral na gramaticografia latino-portuguesa do século XVI e XVII, porquanto boa parte dos manuais para o ensino do latim verte os tempos compostos para português através de ‘haver’ mais o participípio do verbo correspondente, o que foi considerado por certos gramáticos lusos como uma interferência com o castelhano. (Ponce de León 2007: 2976-2978; Ponce de León 2010: 194-196)

2.4. A componente lexical

Como já foi referido anteriormente, a partir da página 37, sob o título geral “Falamos agora de muitas couzas em modo de vocabulario”, La Mollière oferece-nos uma extensa lista de expressões lexicais, distribuídas por áreas, que os especialistas no manual do militar francês analisaram com mais ou menos pormenor. Com efeito,

¹¹ Sobre La Mollière, a respeito das questões gramaticais do manual que estão a ser analisadas, este investigador afirma o seguinte: “aqui vê-se bem que os seus conhecimentos são mais de oitiva que de estudo reflectido”. (Rodrigues 1951: 61)

¹² Por exemplo, no pretérito perfeito composto do verbo ‘ser’: “Eu hey sido / tu has sido / aquella ha sido. / Nos auemos sido / vos aueys sido / aquellos haom sido”.

António Gonçalves Rodrigues refere-se a esta parte de *A portuguez grammar* como:

[...] uma secção de vocabulário, dividida em capítulos: os dias do preceito; dias da semana; os meses; as estações; os elementos; sentidos e virtudes teológicas; dignidades eclesiásticas e civis e respectivos modos de tratamento; peças de vestuário, masculino e feminino [...]; pedras preciosas e metais; o pessoal duma grande casa; mobiliário; “as cousas necessárias para aparelhar hum cavallo”; “Diversidade de animais, ... de passaros”; “Hervas que são boas da comer”; Frutas com suas arvores”; “Arvores que não dão fruta”; “As flores que cheiraõ bem”; especiarias, perfumes, cores, instrumentos de música; o Exército, graduações e armamento; a Marinha, graduações e unidades; a justiça e seu pessoal; artes liberais; artistas manuais; “os nomes dos parentes”; “para aprender a contar”; nomes de baptismo e nomes femininos (Rodrigues 1951: 62-63).

Relativamente aos critérios lexicais de distribuição, Manuel Gomes da Torre tece um parecer bastante negativo:

[...] a partir da p. 39 o autor apresenta-nos listas de palavras e frases, com tradução para inglês, sem que se adivinhe o critério a que De La Molliere obedeceu: não há unidade temática, não há ordem alfabética, não há homogeneidade morfológica: há, enfim, uma grande confusão, que só a partir de certa altura começa a receber alguma ordem. De facto, mais adiante, aparecem os dias santos, os dias da semana, os doze meses do ano, os cinco sentidos, etc. (Torres 1998: 220)

Parece-nos que a crítica de Manuel Gomes da Torre se centra sobretudo na primeira lista que La Mollière apresenta (1662: 37-41). É verdade que, nestas páginas iniciais de vocabulário, não parece haver uniformidade temática, a não ser que queiramos ver certa homogeneidade pelo facto de serem questões gramaticais... Nesta primeira parte, com efeito, o autor não faz senão introduzir expressões gramaticais que complementam a matéria apresentada anteriormente. Neste sentido, podem deduzir-se os seguintes aspetos gramaticais: pronomes pessoais em função de sujeito, possessivos, pronomes clíticos, artigos – com as correspondentes formas contractas –, demonstrativos, partículas de confirmação e de negação, interrogativos, advérbios de tempo, preposições, conjunções... Em certos casos, as formas são exemplificadas através de sintagmas isolados; é o caso dos possessivos:

Meo, meos; minha, minhas. Feminino.
 Meo vesinho.
 Meos parentes.
 Minha camisa, }
 Minhas lovas, } Feminino
 Tu, teo, teos; tua, tuas, Feminino.
 Tu veras.
 Teu pai.
 Teos irmãos.
 Tua patria, }
 Tuas cazas, } Feminino (La Mollière 1662: 37)

Noutros, pelo contrário, o autor opta por enunciar apenas as formas, como é o caso das partículas afirmativas e de negação: “He, he muito bem. / Si, não, certo, em verdade (La Mollière 1662: 40). Estamos, por consequência, perante um conjunto de expressões lexicais cuja homogeneidade, por assim dizer, temática advém do facto de serem formas gramaticais.

Interessa, por outro lado, sublinhar a referência que faz o militar francês às formas de tratamento em português, apresentadas de forma hierárquica:

Ao Emperador se diz, Vossa Sacra Magestade.
 A el Rey se diz, Vossa Real Magestade: a Rinha o mesmo.
 Ao primeiro Filho del Rey se diz, Vossa Real Alteza.
 Ao Filho secundo se diz, Vossa Alteza.
 A hum Príncipe, ou a hum Duque, ou a hum General de hum Exercito se diz, Vossa Excelencia: e a suas molheres, o mesmo.
 A hum Marques, Conde, Bisconde, ou Baram, se diz, Vossa Senhoria: e a suas molheres o mesmo.
 A hum Fidalgo, e a hum Mercador, ou Cidadam, se diz, Vossas Merçes: e a suas molheres, o mesmo.
 Aos Artificias se diz, Voce.
 Aos villaões e a toda gente baixa se diz, Vos; e a suas molheres o mesmo. (La Mollière 1662: 52-54)¹³

A exposição pormenorizada do tratamento parece-nos coerente com os objetivos da obra: servir de guia e referência para os estrangeiros – anglófonos, mas também francófonos – que quisessem

¹³ Linhas antes, La Mollière enuncia o tratamento dirigido aos dignatários da Igreja: “Ao Papa se diz, Vossa Santidade. / A hum Cardeal se diz, Vossa Eminencia. / A hum Arcebispo ou Bispo, se diz, Vossa Illustrissima Senhoria. / A hum Abbade ou Prior se diz Vossa Reverencia. / Aos outros de menor grão se diz, Vossas merçes”. (1662: 49-52)

interagir com falantes de português. Seja como for, a exposição que realiza La Mollière sobre as formas de tratamento na altura parece-nos ser a mais exaustiva realizada até à data no âmbito das gramáticas e de outros materiais sobre a língua portuguesa.

2.5. Diretrizes metodológicas subjacentes para a aprendizagem do português

A estrutura bipartida de *A portuguez grammar* que até agora foi analisada (gramática + vocabulário) pode dar-nos um indício (talvez errado) da forma como, no manual de La Mollière, se pretende (de forma consciente ou inconsciente) que os leitores aprendam a língua portuguesa, os quais, com efeito, estudariam as expressões (gramaticais e lexicais) para depois as porem em prática num contexto natural; ou, por outras palavras, os estudantes procederiam a uma aprendizagem dedutiva dos dados linguísticos. Nesta perspetiva, poderia considerar-se a obra em análise como linguisticamente incompleta – na medida em que faltam questões gramaticais como, por exemplo, o modo conjuntivo. Todavia, julgamos que esta apreciação negativa pode minimizar-se se for considerada, para a interiorização da língua portuguesa, a produção linguística integrada que emana do diálogo entre o professor e o aluno e que estrutura a primeira parte do manual. Segundo a nossa hipótese, desta forma, o leitor poderia interiorizar de forma mais ou menos intuitiva estruturas gramaticais e lexicais que não aparecem de forma explícita; assim poderá acontecer no seguinte passo de *A portuguez grammar*, no qual o estudante é lembrado do casamento de Dona Catarina de Bragança com o Rei de Inglaterra e da chegada daquela a este país:

S. Que novas Senhor meu?

M. Que novas? he possível que VM seja taõ poco pratico das novas desta Corte? naõ tem VM ouvido dizer que a Infanta de Portugal se caza com el Rey de Inglaterra?

S. He verdade, Deos a traga cedo peraca pera bem deste Reino.

M. Prouvera a Deos que ella fosse já dezambarcado, eu estimo que ella trará muita fazenda com ella.

S. Sem diuvida nénhuma, porque ouy sempre dizer que el Rey de Portugal tem infinitas riquezas.

M. Dexamos isto sera quando Deus fuer servido (La Mollière 1662: 33-34).

A partir da leitura de excertos como o reproduzido, o estudante poderia induzir, num contexto mais ou menos natural – como aquele

que deixa transparecer o diálogo –, certas estruturas gramaticais não registadas de forma explícita – em quadros ou listas; neste caso concreto, são introduzidas em contexto conversacional formas do presente e do imperfeito do conjuntivo em estruturas desiderativas (“Deos a traga cedo peraca”, “prouvera a Deos que ella fosse já dezambarcado”), bem como do futuro do conjuntivo (“sera quando Deus fuer servido”). Estaríamos, com efeito, perante a aprendizagem indutiva de certos dados linguísticos.

3. Considerações finais

A portuguez grammar tem sido, na literatura especializada, alvo de não poucas críticas, centradas quer na impureza gramatical e ortográfica do discurso do autor, quer nos critérios de seleção da matéria gramatical e lexical. Ao longo das páginas anteriores, tivemos ocasião de confirmar estas observações negativas, mas também de levar a cabo uma análise o mais objetiva possível dos preceitos, comentários e paradigmas apresentados por La Mollière, a qual revela a reduzida formação metagramatical do militar francês, bem como a sua deficiente competência escrita, confirmando em parte as observações negativas dos especialistas sobre o manual em estudo. Seja como for, julgamos que não se deve menosprezar o papel de *A portuguez grammar* como manual para o ensino da língua portuguesa a estrangeiros – e, talvez, para o ensino do inglês ou do francês a lusófonos – num contexto gramaticográfico e didaticográfico em que o panorama para a língua portuguesa pode ser designado de desalentador. Por tudo o dito anteriormente, julgamos que *A portuguez grammar* é, na verdade, um importante documento para a história do ensino do português como língua estrangeira e para a história da gramática do português.

Bibliografia

- Barros (1540): João de Barros, *Grammatica da lingua portuguesa*, Lisboa, Luís Rodrigues.
- Duarte (2006): Sónia Duarte, “Un tópico de la descripción pronominal en la Gramática Española de James Howell y sus modelos: la ambigüedad artículo/pronombre”, em Antonio Roldán, Ricardo Escavy, Eulalia Hernández, José Miguel Hernández e M^a Isabel López (eds.), *Caminos actuales de la historiografía lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de*

- Historiografía Lingüística*, Murcia, Universidad de Murcia, tomo 2, pp. 471-482.
- Duarte (2009): Sónia Duarte, “Of the Portugues language or subdialect (1662): a consideração do Português como dialecto do Castelhana na obra gramatical de James Howell”, *Diacrítica*, 23 209-221.
- Fernandes (2009): Gonçalo Fernandes, “A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672)”, em Teresa Bastardín, Manuel Rivas e José María García Martín (eds.), *Estudios de Historiografía Lingüística*, Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 205-220.
- Kemmler (2007): Rolf Kemmler, *A Academia Orthográfica Portugueza na Lisboa do Século das Luzes. Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main, Domus Editoria Europaea.
- Kemmler (no prelo): Rolf Kemmler, “A primeira *Grammatica Anglo-Lusitanica* (Londres, 1701) e as suas edições”, *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, 8.
- La Mollière (1662): [Monsieur de] La Mollière, *A portuguez grammar or, rules shewing the true and perfect way to learn the said language*, Londres, Da. Maxwel.
- Messner (2008): Dieter Messner, “Los diccionarios bilingües español-português desde el principio hasta el siglo XIX”, *Philologia Hispalensis*, 22, pp. 289-298.
- Naro (1971): Anthony J. Naro, “The History of e and o in Portuguese: A Study in Linguistic Drift”, *Language*, vol. 47, nº 3, pp. 615-645.
- Oliveira (2000[1536]): Fernão de Oliveira, *Gramática da linguagem portuguesa*, Carlos Assunção e Amadeu Torres (eds.), Lisboa, Academia das Ciências.
- Pablo (2009): Gustavo de Pablo Segovia, “El contraste de lenguas en el siglo XVII: la doble gramática de James Howell”, em Teresa Bastardín, Manuel Rivas e José María García Martín (eds.), *Estudios de Historiografía Lingüística*, Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, pp. 565-576.
- Ponce de León (2006): Rogelio Ponce de León Romeo, “Un capítulo de la historia de las ideas sintácticas en Portugal: en torno a la teoría sintáctica del *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lyon, 1672) de Bento Pereira (S. I.)”, *Forma y función*, 19, pp. 11-30.

- Ponce de León (2007): Rogelio Ponce de León Romeo, "El *Álvarez* trasladado: el romance en las ediciones quinientistas portuguesas, castellanas y catalanas de los *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) de Manuel Álvares, S. I.", em Pablo Cano López (coord.), *Actas del VI Congreso de Lingüística General (Santiago de Compostela, 3-7/05/2004)*, Madrid, Arco/Libros, v. IV, pp. 2975-2985.
- Ponce de León (2009): Rogelio Ponce de León Romeo, "Oliveira perante Nebrija: a Grammatica da linguagem portuguesa à luz da Gramática castellana", em Carlos Morais (coord.), *Fernando de Oliveira. Um humanista genial*, Aveiro, Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, pp. 131-154.
- Ponce de León (2010): Rogelio Ponce de León Romeo, "Gramática e defesa da língua: o Castelhana na *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (1672) de Bento Pereira (S. I.)", em Annette Endruschat e Rolf Kemmler (eds.), *Portugiesische Sprachwissenschaft: traditionell - modern – innovativ*, Tübingen, Calepinus, pp. 189-199.
- Rodrigues (1951): António Gonçalves Rodrigues, "A língua portuguesa em Inglaterra nos séculos XVII e XVIII", *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*, v. XXVII, pp. 43-76.
- Salas (2002-2004): Pilar Salas Quesada, "El *Pequeño Diccionario* de James Howell", *Archivo de Filología Aragonesa*, vol. 59-60, 1, pp. 845-858.
- Sánchez Escribano (1979): Francisco Javier Sánchez Escribano, *James Howell: un hispanista inglés del siglo XVII*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Zaragoza, Zaragoza, Edição do Autor.
- Sánchez Escribano (1982): Francisco Javier Sánchez Escribano, "La pronunciación del español según las gramáticas de James Howell. Sus Fuentes" *Miscelánea*, 2, pp. 55-72.
- Sánchez Escribano (1983): Francisco Javier Sánchez Escribano, "Los diccionarios políglotos de James Howell: fuentes y aportaciones personales", *Atlantis*, 5, pp. 5-22.
- Sánchez Escribano (2006): Francisco Javier Sánchez Escribano, "Portuguese in England in the sixteenth and seventeenth centuries", *Sederi*, 16, pp. 109-132.

- Sánchez Escribano (2008): Francisco Javier Sánchez Escribano, "La lexicografía plurilingüe inglesa en los siglos XVI y XVII: los diccionarios de James Howell", *Philologia Hispalensis*, 22, pp. 299-318.
- Schäfer-Priess (1993): Barbara Schäfer-Priess, "Die Verbalmodi in den Grammatiken von Manuel Alvares (1572) und Bento Pereira (1672)", *Historiographia Linguística*. 20:2/3, pp. 283-308.
- Schäfer-Priess (2000): Barbara Schäfer-Priess, *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer.
- Schäfer-Priess (no prelo): Barbara Schäfer-Priess, *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*, Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- Torre (1987): Manuel Gomes da Torre, "Dr. Luiz Cardim: dos liceus para antiga Faculdade de Letras do Porto", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Línguas e Literaturas*, 4, pp. 279-300.
- Torre (1998): Manuel Gomes da Torre, "Elementos para a história das relações linguísticas entre Portugal e a Grã-Bretanha", em Gualter Cunha (coord.), *Estudos Ingleses. Ensaios sobre Língua, Literatura e Cultura*, Coimbra, Minerva, pp. 213-230.
- Verdelho (1984): Telmo Verdelho, "Historiografia linguística e reforma do ensino. A propósito de três centenários: Manuel Álvares, Bento Pereira e Marquês de Pombal", *Brigantia*, v. II, n. 4, pp. 347-356.